



## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL – VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

<b>COMARCA</b>	<b>BENEVIDES</b>
<b>UNIDADE INSPECIONADA</b>	Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara
<b>COMPETÊNCIA DA UNIDADE</b>	Processos cíveis e TCO's
<b>DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL</b>	01/12/2023 / Edital nº 013/2023
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE</b>	Luiz Gustavo Viola Cardoso – Juiz
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ</b>	Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira Mat-2497-0

**Foto1- Faixada do Prédio**





**Foto2- Sala da Secretaria do Juizado:**



**1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

**1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

Luiz Gustavo Viola Cardoso – Juiz Titular da 2ª Vara Cível de Benevides.

**1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**

- a. Férias: 09 a 28 de janeiro de 2023.
- b. Folgas compensatórias: 10 de julho a 04 de agosto de 2023.
- c. Licenças: 01 a 03 de maio de 2023.

**1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

Período de 23 a 26 de outubro de 2023 (Plantão unificado Ananindeua/Marituba/Benevides).



**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada a fazer a verificação no perfil de plantão judicial quanto a existência de autos arquivados por ordem do magistrado**, bem como quanto a encaminhar os autos à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe) após o plantão, não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial.
- Ainda sobre o plantão, tendo em vista ser híbrido (**cível e criminal**), a Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, devendo a equipe responsável, ao final do plantão, providenciar a migração das peças ao Juízo competente (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

Nenhum

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

Segundo informação da equipe a última reuniões com o magistrado foi em 06/11/2023.

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Foi falado sobre a importância da interação da equipe com o juiz para a elaboração, acompanhamento e avaliação periódica de um plano de ação, com foco, sobretudo, no cumprimento das metas nacionais.

**1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?**

O saldo é R\$ 2.898,25 referente ao Processo nº 0002443-24.2017.8.14.0951 remetido à Turma recursal.

Foi providenciado um e-mail à CDJ, acompanhado dos anexos necessários (Despacho, número da subconta, consulta de transferência, etc), para que realize a transferência/retorno do valor à subconta processual.

**1.7. Está sendo realizado procedimento para transferência dos valores paralisados há mais de três anos ao Fundo de Reparelhamento Judiciário (FRJ), em acordo à Lei Estadual 6750/2005?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Unidade observar, restando pendente o valor de R\$ 2.898,25 referente ao Processo nº 0002443-24.2017.8.14.0951 remetido à Turma Recursal.

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Durante a inspeção, a CGJ orientou a unidade em como fazer transferência dos valores paralisados há mais de três anos para o Fundo de Reaparelhamento Judiciário, bem como de solicitar o recurso por ventura repassado para o Estado do Pará e refletiu sobre a importância de movimentar o recurso para o fundo do TJPA, principalmente em reconduzir os recursos enviados ao Estado de contas de terceiros.

**RECOMENDA-SE** que seja cumprido o procedimento contido na Nota Técnica, constante na página inicial do Sistema de Depósitos Judiciais-SDJ referente aos valores a serem repassados para o FRJ.

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria:**

Vínculo do(a) servidor(a)	Informação	Inspeção
Efetivos(as)	8	8
Exclusivamente comissionados(as)	0	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	1	1
Estagiários(as)	0	0
Terceirizados(as)	0	0

Os servidores que compõem o corpo funcional do Juizado, com exceção da servidora efetiva Aline Leão, são servidores efetivos lotado na 1ª e 2ª Vara Cível e Empresarial de Benevides:

- ALESSANDRO HERYKY – 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL;
- ANTÔNIO JORGE – 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL;
- MARIA CLARA – 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL;
- ALESSANDRO PIMENTEL (SECRETÁRIO) – 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL;
- LEIDE MARY – 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL;
- LUCIVALDO ABREU (OFICIAL DE JUSTIÇA) – CENTRAL DE MANDADOS;
- ELDER JOSÉ (OFICIAL DE JUSTIÇA) – CENTRAL DE MANDADOS;
- JOSUÉ LIMA (ATERMADOR) – CENTRAL DE MANDADOS.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Informação	Inspeção
Efetivos(as)	1	1
Exclusivamente comissionados(as)	0	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0	0
Estagiários(as)	0	0
Terceirizados(as)	0	0

Figura1 – Lotação do Pessoal da Gabinete

Opções de pesquisa:  
 Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa: juizos juizes juíza

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Barbara do Para

SubArea: Juizado Especial  
 Lotação: Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Barbara do Para  
 Gestor(a): Luiz Gustavo Viola Cardoso  
 Localização:  
 Telefones: (91) 3776-1178  
 E-mail Institucional:

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Aline Lucia Leao Lobato Salles	Efetivo	Auxiliar de Secretaria	Normal
Jose Maria Sousa da Silva	Requisitado	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Luiz Gustavo Viola Cardoso	Magistrados		Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O acompanhamento é feito por meio da distribuição de tarefas específicas no sistema PJE para cada servidor, e cujo controle é realizado por intermédio de etiquetas.

Figura2 – Produtividade do pessoal da Secretaria

- Ressaltar pontos positivos: integração, engajamento e motivação dos servidores e magistrado, se apresentaram-se solícitos e dispostos a realizar adaptações para melhorar o desempenho da unidade etc);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Identificar **Pontos negativos** que necessitam melhorar, verificou-se que a falta de monitoramento e reavaliação do plano e distribuição que metas **pré-definidas, um planejamento das tarefas a serem executadas pelos servidores em regime de trabalho presencial**. Uma vez que não há clareza das atribuições, torna-se mais difícil planejar os afazeres diários, o que acarreta prejuízo ao desempenho dos servidores).
- Outro ponto observado foi que toda a produtividade é contabilizada na senha da servidora efetiva lotada no Fórum (Aline Lucas Leão).
- Consultado a Coordenadoria de Estatística,

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- **RECOMENDA-SE aos gestores que estabeleçam metas a serem alcançadas pelos servidores em regime presencial, com base no plano de ação da unidade e** divisão de tarefas de acordo com o fluxo do PJe, a fim de que cada servidor tenha clareza das atividades que irá realizar;
- **Realizem o monitoramento da produtividade dos servidores através do Painel de Gestão de Atividades e do Plano de Ação**, fazendo a checagem quanto ao cumprimento das metas e tarefas no PJE por cada servidor, a fim de garantir efetiva execução do plano.

**2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?**

O acompanhamento da produtividade dá-se em função dos painéis de gestão, não foi apresentado Plano de Ação.

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

**Sobre o Plano de trabalho de 2024:**

- A unidade foi orientada a elaborar o Plano de Ação para 2024, que deverá ser apresentado na correição ordinária do próximo exercício, até 15 de fevereiro de 2024;
- Deverá constar coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças etc).
- Foi esclarecido que a unidade pode buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE para elaboração do Plano;
- No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.
- O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Meta2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos);

- A descrição do plano deve, entre outros objetivos configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, afim de promover agilidade de análise dos processos.

**2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. Esse item está sendo observado pelos gestores no momento da avaliação periódica dos servidores?**

Alessandro Pimentel Queiroz:

- Treinamento Sistema de Depósito Judicial (matriculado – novembro 2023)
- Gestão de conflitos e negociação (novembro 2023)
- Curso de Atualização em rotinas dos Juizados especiais Cíveis (agosto 2021)
- Curso de Atualização em rotinas dos Juizados especiais criminais (setembro 2021).

Leide Mary do Carmo Ribeiro:

- Treinamento Sistema de Depósito Judicial (matriculada – novembro 2023)
- Curso de Formação inicial em Justiça restaurativa (agosto 2023);
- Curso de Acessibilidade em ambientes Virtuais (julho 2023);
- Curso “O Acesso de pessoas LGBTQ+ a Direitos Fundamentais” (junho 2023);
- Curso Povos indígenas e acesso ao Poder Judiciário (maio 2023);
- Curso Procedimento Administrativo de Cobrança – PAC (abril 2022).

Alessandro Henriki

- Treinamento PJE na Prática – Plantão (matriculado - novembro 2023)
- Treinamento Sistema de Depósitos Judiciais (matriculado – novembro 2023).

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

- Houve pleito, já atendidos, para a readaptação de espaços como:

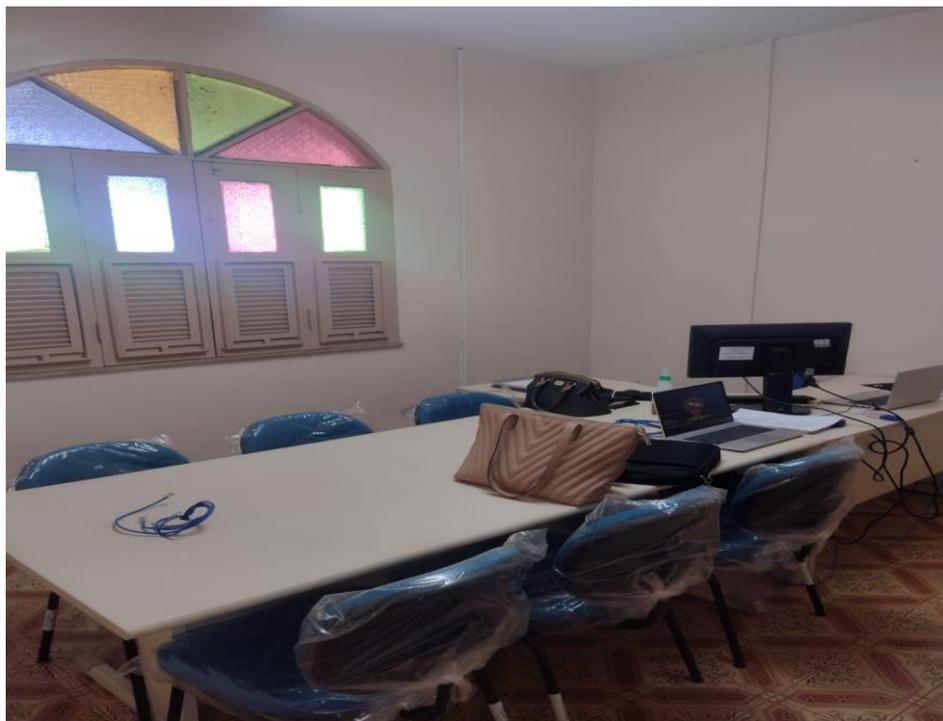
- 1- Sala de Atermação modificada para a Copa;
- 2- Copa modificada para depósito;
- 3- Sala do Ministério Público para Sala de Conciliação;
- 4- Sala da Secretaria Criminal para Sala de Atermação, fotos abaixo.



**Foto3- Sala da ConciliaçãoII:**



**Foto4- Sala da ConciliaçãoII:**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---

**Foto5- Depósito:**



**Foto6- Sala de Copa:**





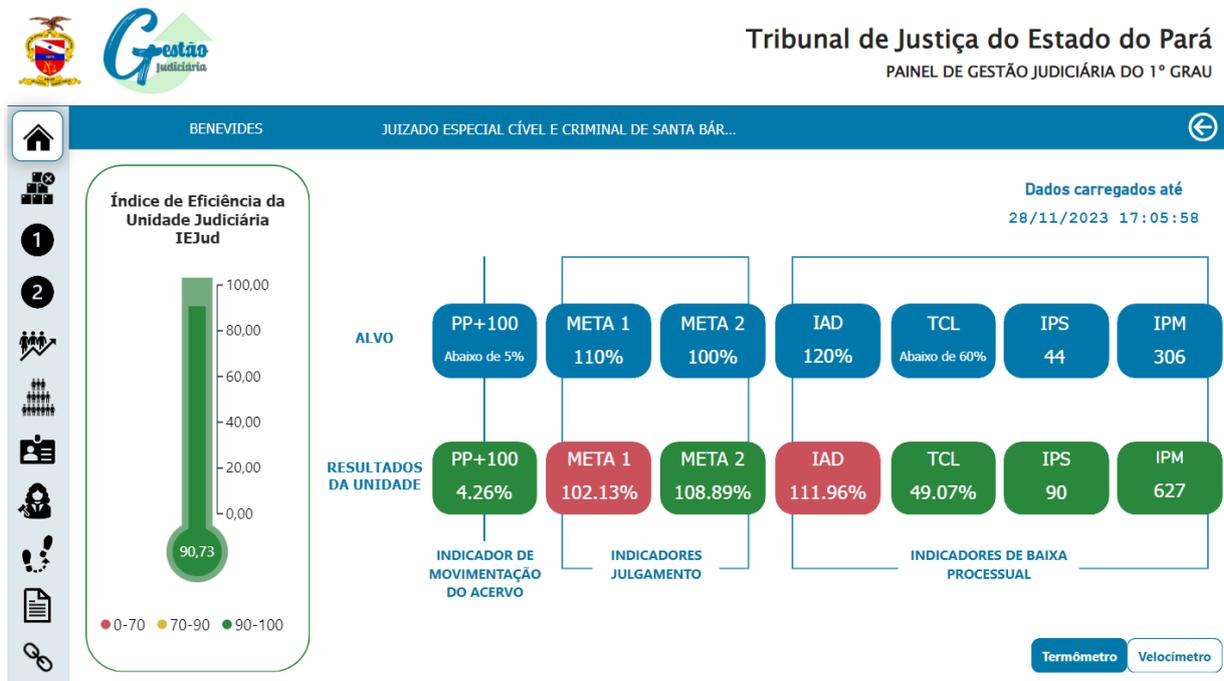
#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS:

##### 4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 27/11/2023.

Dados processuais	Extração dos dados	Data Inspeção 24/10/2023
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	614	618
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente.	3	0
Total do acervo com prioridade	81	82
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	42	26
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	16	83
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	0	0
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	0

Figura4 - Dados do IEJUD - Print de tela de PGJ





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura5 - Acervo Ativo - Print de tela de PGJ

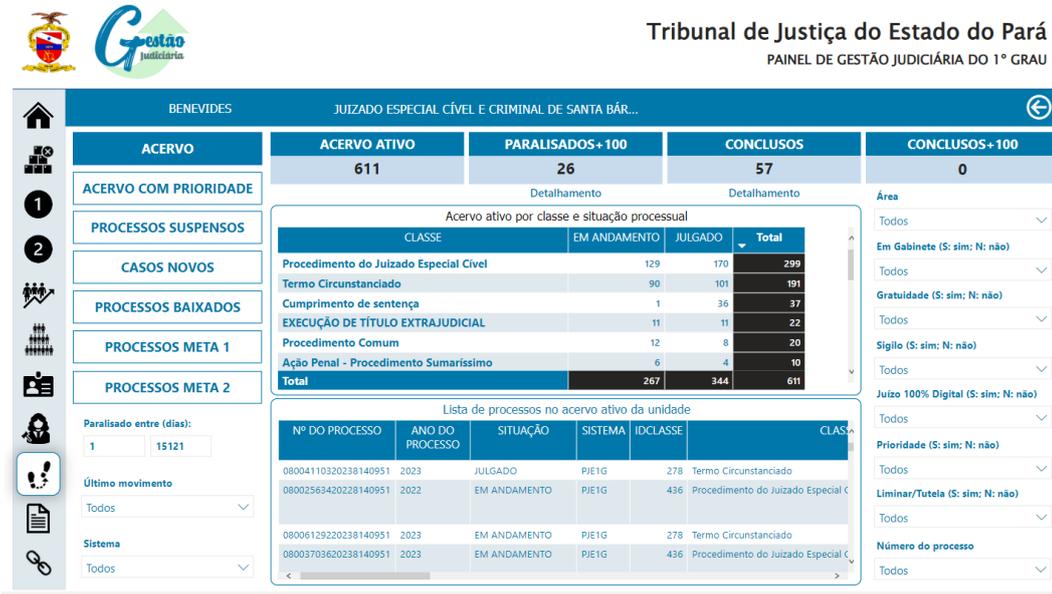
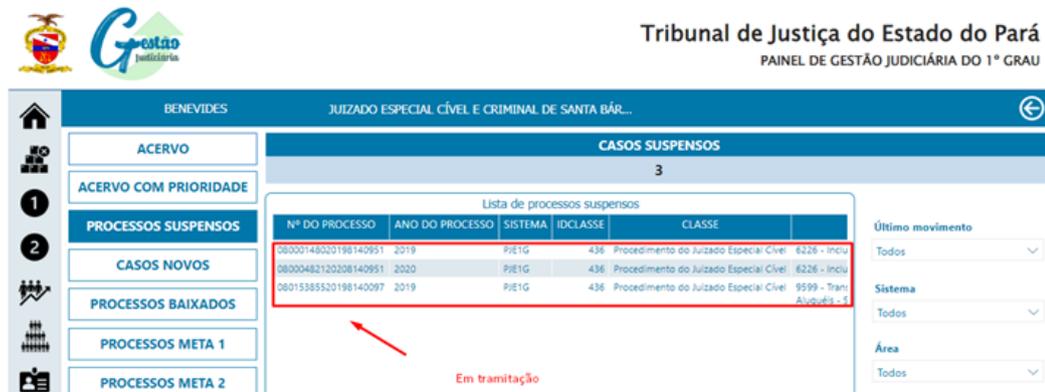


Figura6-Processos Suspensos - Print de tela de PGJ



4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANT.	INSPEÇÃO
Total de processos distribuídos e redistribuídos	183	203
Total de processos julgados	155	181
Total de processos baixados definitivamente do acervo	263	276

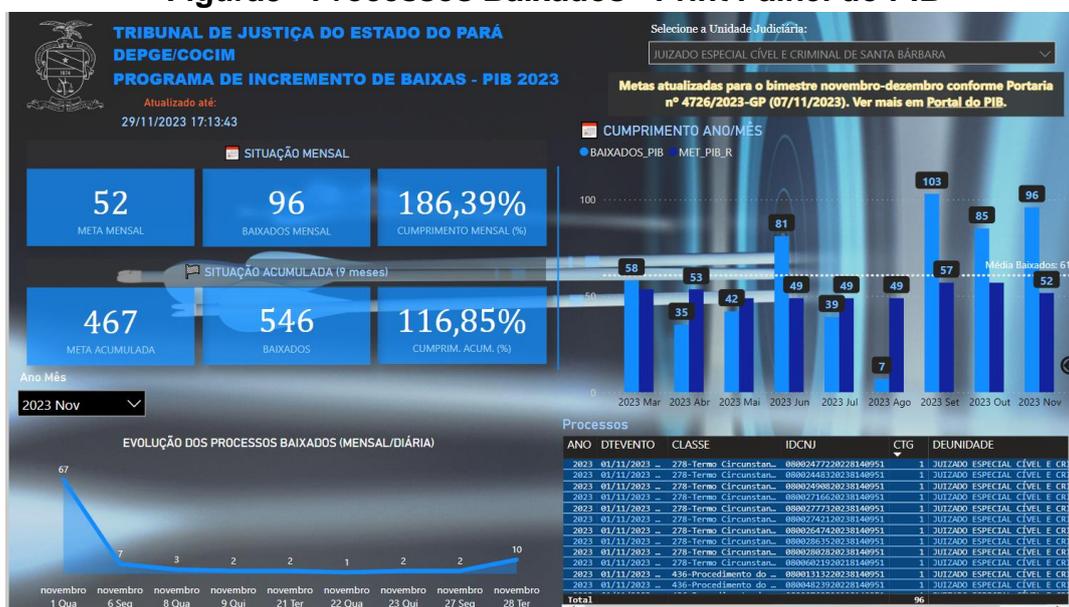


PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura7 - Entrada de Feitos - Print de tela de PGJ



Figura8 - Processos Baixados - Print Painel do PIB



4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANT	Na Inspeção
Decisões	98	103
Despachos	427	438
Sentenças com resolução de mérito	105	116
Sentenças sem resolução de mérito	50	55
Audiências realizadas	104	108



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura9 - Produtividade do Magistrados- *Print* de tela do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

BENEVIDES JUZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA BÁR...

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO	435	103	171	10	12
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>103</b>	<b>171</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Figura10 - Ambiente de Rel.“Audiências” - *Print* do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

BENEVIDES JUZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA BÁR...

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS  
89%

Data da audiência: 25/08/2023 27/11/2023

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA
00027429820198140120	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00
00027429820198140120	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00
0800248330238140951	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	02/10/2023 15:00
0800248330238140951	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	02/10/2023 15:00
00039626920208140097	280	Auto de Prisão em Flagrante	25/09/2023 15:00

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	121
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	108
AUDIÊNCIAS REDESIGNADAS	2

AUDIÊNCIAS

Assinante: Todos

Figura11 - “Audiências” - *Print* do PJe

PJe Pauta de audiência Eliana Pereira

Órgão Julgador: Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara

Magistrado:

Conciliador:

Situações de Audiência: Todas

Designada:  CANCELADA:  REDESIGNADA:  REALIZADA:  NÃO-REALIZADA:  CONVERTIDA EM DILIGÊNCIA:

Período da audiência: De: 01/01/2023 Até: 01/12/2023

Tipo de audiência: Todos

Sala de audiência: Todos

DATA	HORA	Nº PROCESSO	CLASSE	CLASSE	DATA	TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
05/02/2023	15:05	0800395-63-2022	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	TERMO CIRCUNSTANCIADO	278
11/04/2023	15:30	0800166-26-2022	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	PROCEDIMENTO DO JUZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	436
25/05/2023	13:00	0800046-46-2023	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	02/10/2023 15:00	TERMO CIRCUNSTANCIADO	278
26/07/2023	15:30	0800273-36-2023	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	PROCEDIMENTO DO JUZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	436
27/07/2023	15:00	0800234-30-2023	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	PROCEDIMENTO DO JUZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	436
07/08/2023	15:30	0801969-04-2022	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	TERMO CIRCUNSTANCIADO	278
27/07/2023	15:00	0800385-50-2023	10944	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	13/09/2023 13:00	PROCEDIMENTO DO JUZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	436

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade não publica a produtividade dos servidores no quadro de avisos do Fórum.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- A equipe foi orientada quanto aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade mensal dos servidores, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas, visando evitar reclamações de advogados, das partes e da OAB;



**RECOMENDA-SE** que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, seja afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade aos advogados e jurisdicionados quanto aos serviços prestados.

**4.5. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação? Se sim, como a unidade realiza o controle?**

O controle é feito, porém sobre a lista de processos paralisados há mais de 100 dias.

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, havendo orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;
- Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

## **5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:**

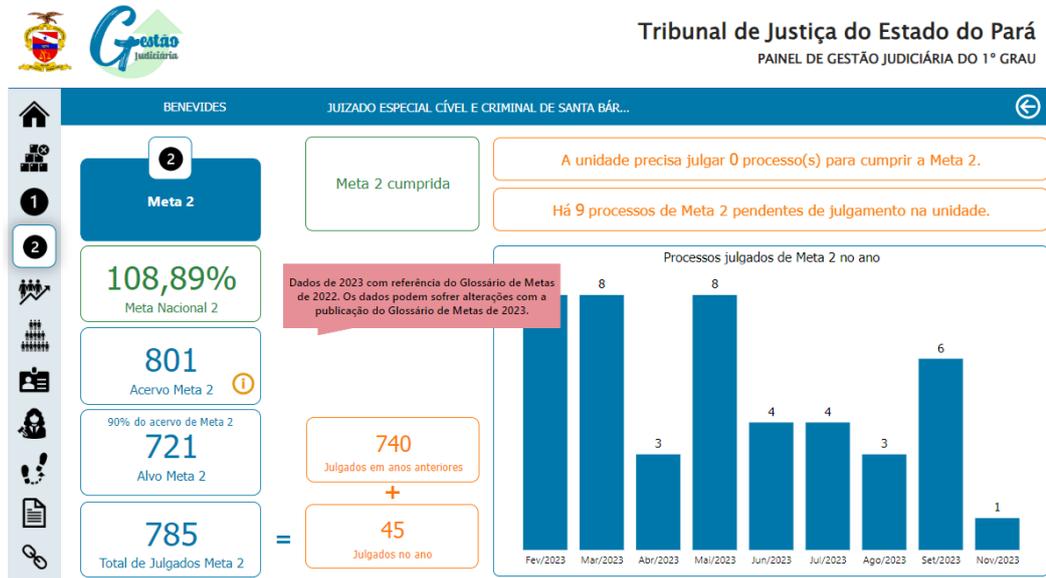
**5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade com essa finalidade? Anexar.**

Magistrado e Secretário do Juizado fazem o acompanhamento por meio do Painel de Gestão Judiciária.

**5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?**

Foi informado 09 processos. Na ocasião da inspeção a Meta2 havia sido cumprida. Conforme *print* de telas abaixo:

**Figura12 – Meta2 Print de tela PGJ**



**Figura13 – Meta2 Print de tela PNM**



**5.3. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)**

nenhum

**5.4. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Os julgamentos são retomados logo após a comunicação do julgamento definitivo do tema.

**5.5. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?**

Via NUGEPNAC recebido diretamente no e-mail do Juizado que é aberto diariamente

## **6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:**

**6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:**

- a. (1) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (5) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (3) Movimentação processual;
- d. (2) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (6) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (4) controle dos prazos e imediata certificação.

**6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)**

**Observação, Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Por ocasião da Inspeção foi analisado o painel PGJ, encontrado 03 processos suspenso, porém todos em andamento com movimentação indevida:
  1. Processo 08000148020198140951 suspenso em 10/11/2022 e andamento desde 21/11/2022;
  2. Processo 08000482120208140951 suspenso em 10/11/2022 e andamento desde 08/05/2023;
  3. Processo 0801538552120198140951 suspenso em 01/02/2022 e andamento (embargado em 11/02/2022).
- Orientou-se aos gestores que verifique a planilha de processos suspensos, disponível do Painel de Gestão Judiciária, a fim de consultá-los individualmente no PJE para verificar quais já se encontram em tramitação;
- **Constatado o prosseguimento do feito, a Secretaria deverá realizar o levantamento da suspensão utilizando os movimentos indicados na Nota Técnica do DPGE, anexa ao Ofício Circular 048/2022-CGJ, quais sejam: 1) movimentos específicos da hierarquia do código 14974 (Levantamento da**



**causa suspensiva ou de sobrestamento); 2)** quando o magistrado determinar expressamente o levantamento da suspensão, com conseguinte cumprimento pela secretaria (**Código 12066**);

- Além disso orienta-se que seja realizada uma análise qualitativa nos processos do PJe da Tarefa “Processo suspenso”, a fim de verificar se constam da lista de processos suspensos do PGJ; em caso negativo o processo deve ser concluso para que o **gabinete realize o cadastro do ato judicial com o código correto de suspensão no PJe (um dos movimentos da hierarquia 025 ou 11025;**
- Orienta-se também para que os processos **suspensos, sobrestados** e os **arquivados provisoriamente** sejam encaminhados corretamente para as Tarefas correspondentes no **Pje** a fim de dá mais transparência e realizar o efetivo controle na localização desses processos;
- **A Corregedoria orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos no ato judicial que determina a suspensão, a fim de que os processos não caiam nos paralisados há mais de cem dias; bem como no levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.**

**RECOMENDA-SE** a equipe:

- que a **decisão/despacho de suspensão/sobrestamento** seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos movimentos do código **025 (decisão)** ou **11025 (despacho)** da TPU.
- que o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos:
  - 1) **12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral);**
  - 2) **14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).**

**Figura14 – Orientação do DPGE s/ Movimentos p/Suspensão de Processos**

MOVIMENTOS QUE SUSPENDEM OU SOBRESTAM O PROCESSO	
Decisões Interlocutórias	Despachos
<b>25 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO</b> 272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente 276 Execução frustrada 275 Força maior 12098 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 11792 Livramento Condicional 268 Morte ou perda da capacidade 14971 Por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade 14970 Por Controvérsia 12100 Por decisão do Presidente do STF - SIRDR 12099 Por decisão do Presidente do STJ - SIRDR 14972 Por Decisão do Presidente do TST - SIRDR 898 Por decisão judicial 14969 Por Grupo de Representativos 14968 Por Incidente de Assunção de Competência - IAC 14973 Por Recurso de Revista Repetitiva 12259 Prescrição Intercorrente (art. 921, § 4º, CPC) 11975 Recurso Especial repetitivo 265 Recurso Extraordinário com repercussão geral 263 Réu revel citado por edital 264 Suspensão Condicional do Processo	<b>11025 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO</b>  11012 Conflito de Competência 11013 Convenção das Partes 11014 Convenção das Partes para Cumprimento Voluntário da obrigação 11016 Exceção da Verdade 11015 Exceção de Incompetência, suspeição ou Impedimento 11017 Incidente de Insanidade Mental 15009 Por Impedimento ou Suspeição 11018 Recebimento de Embargos à Execução



Figura15 – Orientação do DPGE s/Levantamento de Suspensão

**MOVIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE SUSPENSÃO E SOBRESTAMENTO DO PROCESSO**

*Movimentos de uso de suspensão (s) das Secretarias Judiciais*

**Caso Geral**

MOVIMENTO 12066 Cumprimento de Levantamento da Suspensão

*O julgamento de ou a feitura do processo suspenso ou sobrestado (art. 14, I e II, 2) somente deverá ocorrer após o registro de um desses movimentos*

**Casos Específicos**

14974 LEVANTAMENTO DA CAUSA SUSPENSIVA OU DE SOBRESTAMENTO

MOVIMENTOS

14982	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade - STF
14981	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Controvérsia
14977	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STF - SIRDR
14978	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STJ - SIRDR
14983	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do TST - SIRDR
14980	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Grupo de Representativos
14979	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Incidente de Assunção de Competência - IAC
14984	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Recurso de Revista Repetitivo
14985	Suspensão/Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
14976	Suspensão/Sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo
14975	Suspensão/Sobrestamento por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Existem nas dependências do Juizado 03 (três) bens cujos cadastros estão sendo providenciados junto ao novo sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ:

1) 01 motocicleta apreendida, com o feito não localizado, a qual o Juízo já abriu procedimento 0800560-96.2023.8.14.0951 para destinação do bem, conforme PROVIMENTO CONJUNTO N° 2/2021-CJRMB/CJC;

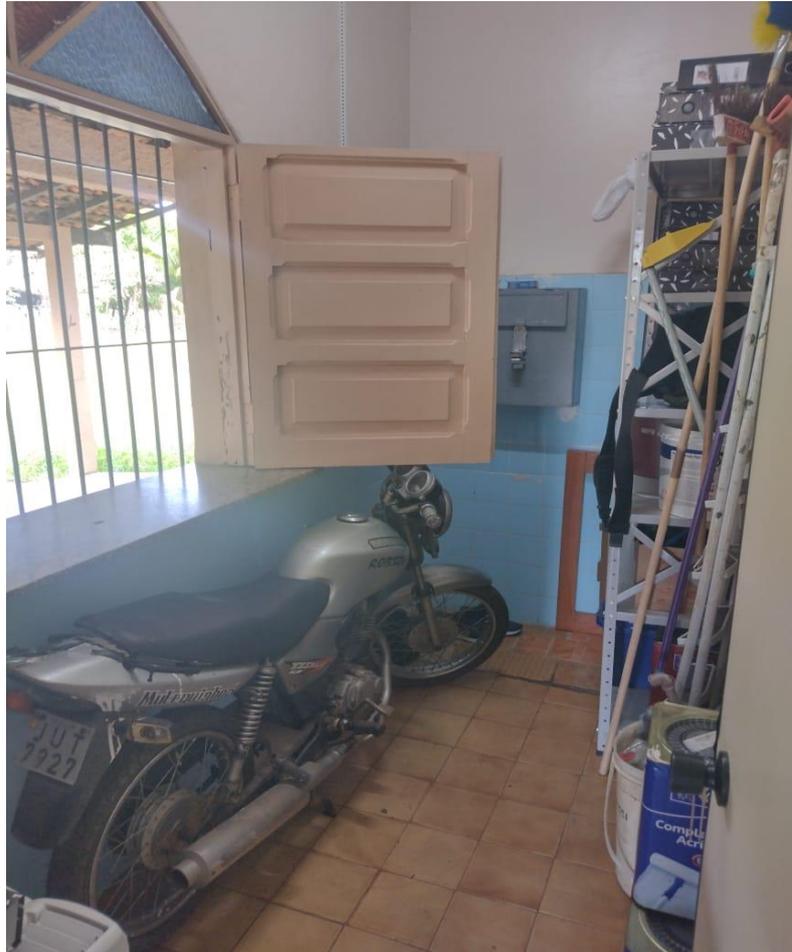
2) 02 mesas de som, provenientes dos TCO's nº 40/2020.100075-0 e 40/2019.100363-2.

**RECOMENDA-SE** ao magistrado:

- Foi reforçado ao magistrado a necessidade de utilizar o sistema SNGB, para cadastramento e destinação de bens, conforme ofício circular 016/2023-CGJ;
- Vincular os objetos apreendidos (ainda que fisicamente sob guarda da Polícia Judiciária) aos respectivos procedimentos e processos judiciais, mantendo-os devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Bens - SNGB (Res. 483/2022 CNJ);
- Registrar os bens apreendidos em feitos vinculados à Unidade, no sistema SNGB, com acesso pela plataforma PDPJ do CNJ disponível no endereço eletrônico: [https://sso.cloud.pje.jus.br/auth/realms/pje/protocol/openid-connect/auth?client\\_id=sngb-frontend&redirect\\_uri=https%3A%2F%2Fsngb.pdpj.jus.br%2F&state=b5e8c84a-f7ff-441c-ba91](https://sso.cloud.pje.jus.br/auth/realms/pje/protocol/openid-connect/auth?client_id=sngb-frontend&redirect_uri=https%3A%2F%2Fsngb.pdpj.jus.br%2F&state=b5e8c84a-f7ff-441c-ba91)
- Proceder a capacitação dos servidores no sistema nacional de gestão de bens (SNGB) disponível no endereço eletrônico: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/sistema-nacional-de-gestao-de-bens-sngb/capacitacao/>;
- Observar as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, alterado pelo provimento 03/2022-CGJ, quanto à destinação de bens apreendidos.



### Foto7 - Bens Apreendidos



**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?**

A atualização de dados cadastrais é realizada em duas situações:

- Pelo secretário do Juizado: quando o advogado/parte peticionar atualizando os dados, uma vez que a petição é direcionada para a aba “analisar manifestação parcial”, de cuja análise é da competência do secretário.
- Pelos servidores: quando o advogado/parte menciona a atualização dos dados em audiência ou procura pessoalmente o juizado para informar sobre a mudança ocorrida em seus dados cadastrais.

#### **Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Foi reforçada a importância na gestão diária, por sugestão seja realizada por meio da aba “Agrupadores”, de atualização de dados cadastrais no sistema PJe, tão logo o servidor tome ciência da alteração de dados por meio de peticionamento e/ou certidão do oficial de justiça, bem como sejam verificados e atualizados os dados cadastrais pela Secretaria e Gabinete sempre que seja



necessário fazer alguma movimentação, cumprimento de diligência ou proferir ato judicial.

### 6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Informado (142) expediente pendentes nos últimos 30 dias.

#### Observações e recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Por ocasião da Inspeção foi realizada nova consulta (**últimos 15 dias**) na pasta “Agrupadores”, constatando que a pendência baixou para **42**;
- Contudo, o número de “documentos não lidos” na pasta (Agrupadores) é bem maior (617 pendências) se analisados todo o período.

#### RECOMENDA-SE:

- leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos ofícios de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção;
- após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, seja retirada de destaque dos agrupadores, haja vista que a saída não é automática.

Figura16 – Print de tela PJe aba “Agrupadores” (últimos seis meses)

A captura de tela mostra a interface do sistema PJe. No topo, há uma barra azul com o logo PJe e o nome de usuário 'Eliana Pereira'. Abaixo, há uma barra de busca com campos para 'Órgão julgador', 'Nome da parte', 'OAB (000000 A UF)', 'CCPF@CNPJ' e 'UF'. Há também uma opção para 'Processo com parte sem CPF/CNPJ' e um campo para 'Buscar resultados desde' com o valor 'Último ano'. Abaixo da barra de busca, há uma lista de filtros com contadores: 'Petições avulsas não lidas - (617)', 'Processos com habilitações nos autos não lidas - (185)', 'Documentos não lidos - (636)', 'Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (493)' e 'Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (296)'. Cada item na lista tem uma seta para baixo para expandir.

### 6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado. O Juizado não lida com prisões civis ou criminais.

### 6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Identificado o Processo nº 0800922-12.2021.814.0097 enviado “Em Grau de Recurso para a Turma Recursal.

### 6.8. Quantos processos migrados pela Nota Técnica 01/2022-SDV encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum

### 6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No mês anterior da Inspeção (outubro) foram baixados 85 processos, conforme print de tela (Figura8).

### 6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Informado 0 (zero) processos.

#### Observações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Por ocasião da Inspeção, em consulta ao PGJ constatou-se que nenhum processo de prioridade se encontrava paralisado há mais de 100 dias, nem dentro e nem fora do Gabinete;

#### RECOMENDA-SE:

- Foi reforçado a Secretaria para que sempre realize os atos necessários e regulares para movimentação dos processos com prioridade legal que aguardam cumprimento de ato judicial de modo que continue a não permitir a paralisação há mais de cem dias.

Figura17 - Acervo Ativo de Prioridade - *Print* de tela de PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS + 100	CONCLUSOS	CONCLUSOS + 100
82	0	10	0	

Acervo ativo por classe e situação processual			
CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Procedimento do Juizado Especial Cível	20	40	60
Cumprimento de sentença		9	9
Procedimento Comum	4	2	6
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	2		2
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		2	2
Ação Penal - Procedimento Ordinário	1		1
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>53</b>	<b>82</b>

6.11. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

O atendimento ao público de forma presencial é dividido entre os servidores, sendo que cada servidor tem um dia específico da semana para realizar o atendimento. E-mail, celular e Whatsapp. Balcão virtual é disponibilizado ao jurisdicionado.

#### Observações da Corregedoria durante a inspeção:

- A equipe foi orientada, dentro do possível, a canalizar o atendimento ao público para o balcão virtual, e incentivar os advogados ao acompanhamento dos processos por meio do Sistema PJe.



## **7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

### **7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE?**

É adotado pela unidade modelo de mandado, mas normalmente usa o despacho/mandado.

#### **RECOMENDA-SE:**

- a padronização de modelos dos mandados e demais documentos expedidos pela Secretaria (certidões, atos ordinatórios, etc) devendo os mesmos estarem cadastrados no PJe com a utilização de variáveis a fim de dar celeridade a pratica dos atos de secretaria e evitar utilização de modelos diversos para o mesmo ato.

### **7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

**A Unidade informou que não havia mandados com prazo extrapolado.**

#### **Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

- Contudo, foi observado na aba “Expediente” do PJe alguns expedientes pendentes;
- Foi orientado à Secretaria que faça leitura diária na aba “Expediente” para fazer controle dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, bem como das comunicações expedidas, expedientes com prazo vencido e com leitura automática pelo sistema, lembrando de após a leitura retirar de destaque, haja vista que a saída não é automática;
- Foi apresentada à equipe o “Painel de Acompanhamento de Mandados”, publicado no Site do TJPA, pelo Departamento de Estatística-DEGP, como outra ferramenta de controle dos mandados expedidos, sendo possível verificar no painel os mandados cumpridos, pendentes e com prazo extrapolado;

#### **RECOMENDA-SE:**

- Foi reforçado ao Diretor de Secretaria que realize a cobrança dos mandados com prazo extrapolado, exceto prorrogado judicialmente, mediante ofício encaminhado à Central de Mandados.



Figura18 - Print de tela da Aba “Expediente” do PJe.

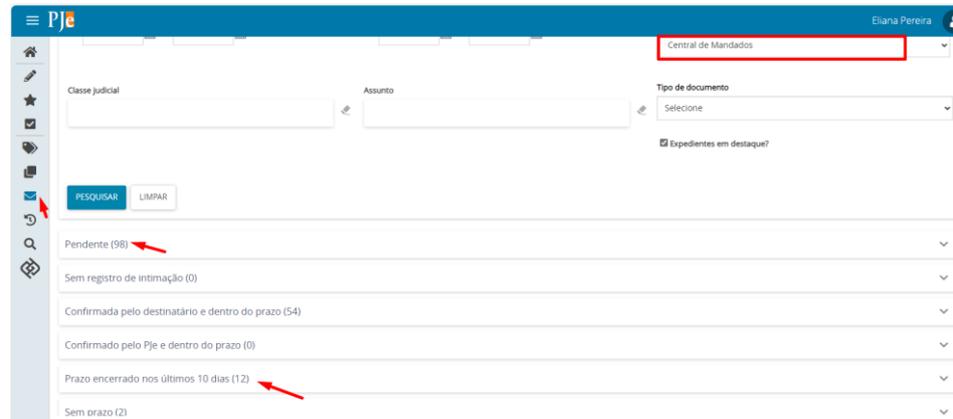


Figura19 - Print de tela do Painel de Acompanhamento de Mandados-TJPA

The screenshot shows the 'Painel de Acompanhamento de Mandados' interface. It includes a search bar, a list of servers, and a table of mandados. The table has columns for 'NOME', 'DISTRIBUIDOS', 'REDISTRIBUIDOS', 'DEVOLVIDOS', 'PENDENTES', and 'EM ANDAMENTO'. A red arrow points to the 'PENDENTES' column, which shows a total of 10. Another red arrow points to the 'NOME' column, highlighting 'ELDER JOSE PINHEIRO CHAVES'.

NOME	DISTRIBUIDOS	REDISTRIBUIDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
ELDER JOSE PINHEIRO CHAVES	1.101	18	1.325	9	79
JESONIAS ALVES RAINAO	974	9	1.151	1	36
JOSUE LIMA DA TRINDADE	930	15	1.081		14
LUCIVALDO DE ABREU CALDEIRA	1.160	29	1.366		29
ROBERTO MAGNO RES NETTO	965	3	1.031		62
SIMONE CABRAL RODRIGUES MENEZES	827	11	779		45
WALDIR ANDRE MOREIRA MARCAL	824	3	973		33
<b>Total</b>	<b>6.781</b>	<b>88</b>	<b>7.707</b>	<b>10</b>	<b>298</b>

### 7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

A antecedência mínima praticada pela Unidade é de 40 dias.

**RECOMENDA-SE** Foi reforçado a Unidade que os mandados sejam enviados com antecedência mínima de 40 dias à central de mandados, em cumprimento ao disposto no art. 9º, III, do Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI.

### 7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

O processo n.0812754-24.2021.8.14.0006, foi informado pela unidade.

#### Observações e Orientação da Corregedoria durante a inspeção:

- O Procedimento (Carta Precatória) informado pela Unidade é datado de 24/05/2023, sendo reiterado ao TJAM em 04/09/2023;
- Em 2023 a Vara expediu em 38 Cartas precatórias, sendo que 02 (duas) se
- pendentes, conforme *print de tela* abaixo. Sendo a mais antiga datada de 29/06/2022, cumprida em 29/09/2022, auto arquivado definitivamente (14/12/2022);



- Orienta-se que a pasta “Expediente” seja analisada, a fim de exclusão de registros com perda de finalidade, evitando assim, o acúmulo de dados desnecessários no PJe.
- Solicitar informações sobre o cumprimento das cartas precatórias expedidas e ainda não devolvidas.

Figura20 - *print* de tela da aba “Expediente do PJe:

## **8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial, constava pleito das partes ou do Ministério Público.**

Houveram 23 audiências presenciais, 11 semipresenciais e 41 por videoconferência.

**8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

Haviam 21 (vinte e uma) audiências de instrução e julgamento designadas.

**RECOMENDA-SE** ao Gabinete incrementar a pauta de audiência de instrução e julgamento para que sejam **realizadas** mensalmente o número de audiências correspondente à média de processos distribuídos nos últimos 3 meses, não permitindo alongamento da pauta para outros meses, utilizando como parâmetro mínimo de 90 audiências de instrução e justificação por mês.

**8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

O cadastro é feito pelo gabinete e pelo conciliador após a sua realização. Transação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

penal, conciliação e instrução e julgamento.

#### 8.4. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Foi informado que pauta mais distante para o dia 04/03/2024.

#### Observações e Orientação da Corregedoria durante a inspeção:

- Consulta ao Sistema PJE constatou-se registro de 11 audiências designadas até 31/12/2023, sendo a data mais distante é 12/12/2023;
- E 30 Audiências entre janeiro e fevereiro de 2024, sendo a data mais distante 19/02/2024;
- Foi observado que a Unidade não registra no PJe, se as audiências foram realizadas, permanecendo em aberto, exemplo audiência designada em fevereiro sem informação de sua realização.
- **RECOMENDA-SE** a equipe a gestão da pauta de audiências no PJe, com registro de imediato da realização ou não, para a correta estatística do Painel de Gestão Judiciário, visto que a contagem de audiência é pelo mês do registro no sistema;

Figura21 - *print* de tela do PJe:

Data	Hora	Nº do Processo	Assunto	Nome do Juiz	Status	Outros
06/12/2023	15:30	0900556-59.202	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X HOTEL URBANO VIAGENS E TURISMO S.A.	Conciliação	[Instrução] V.JEC do Juizado Santa Bárbara Designada
05/12/2023	13:00	0900375-58.202	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X ANDRE LUIZ DAX DAS CHAGAS X ALEF JOSE DE CASTRO RIBEIRO	Instrução	[Instrução] V.JEC do Juizado Santa Bárbara Designada
05/12/2023	13:30	0900290-72.202	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X LUIS CARLOS BARBOSA DO CARVALHO RMO X BANCO PAN S/A, e outros (1)	Instrução	[Instrução] V.JEC do Juizado Santa Bárbara Designada
06/12/2023	13:00	0900497-71.202	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X PAULA RAFAELA DE OLIVEIRA COSTA X EQUATORIAL PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A	Instrução	[Instrução] V.JEC do Juizado Santa Bárbara Designada
12/12/2023	15:00	0900170-68.201	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X MARIA AMELIA GOMES DA SILVEIRA X FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II	Conciliação	[Conciliação] Juizado Santa Bárbara Designada
07/12/2023	15:00	0901904-89.202	Juzgado Especial Civil e Criminal de Santa Bárbara	X ELIANA DE NAZARE DE JESUS ALEXO X CRED URBAN EIRELI e outros (1)	Conciliação	[Conciliação] Juizado Santa Bárbara Designada

#### 8.5. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Foi informado que nenhum processo se encontrava na situação acima descrita.

#### 8.6. A Unidade conta com a atuação de conciliadores ou mediadores treinados e com formação? Quantos? Identifique. Caso não tenha, é solicitada designação de conciliador indicado pelo CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

As conciliações são realizadas pelos servidores ao longo da semana, mediante autorização por Portaria publicada pelo Juízo. A equipe do Juizado recebe elogio pela atitude positiva.

#### 8.7. A Unidade realiza audiência Una (conciliação, instrução e julgamento)?



**Quantas audiências desta natureza foram realizadas no mês anterior ao da inspeção?**

Não é realizada audiência Una em virtude da cumulação de jurisdição pelo juiz.

**8.8. Quantas audiências de instrução e julgamento foram realizadas no mês anterior ao da inspeção?**

17 audiências. O magistrado realiza as audiências no Fórum de Benevides.

**8.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

85 processos (Figura 9).

**8.10. Quantas audiências de conciliação foram realizadas no mês anterior?**

38 audiências.

**8.11. Em média, quanto tempo leva para realização da audiência, após o ajuizamento da inicial?**

Entre 40 e 60 dias. a Unidade alegou que é necessário esse prazo em razão do tempo hábil para o cumprimento das diligências.

**8.12. Quantas audiências são designadas por dia? Para quando está pautada a audiência mais distante? Anexar pauta.**

04 audiências por dia. Duas audiências de conciliação e 02 de instrução e julgamento. Dia 04/03/204.

**8.13. Em caso de redesignação de audiência, qual o tempo médio para que seja efetivamente realizada?**

Entre 30 a 60 dias, a depender do motivo da redesignação.

**8.14. Antes de iniciada audiência de instrução e julgamento é feita tentativa de conciliação? E após o fim da audiência de instrução, é dada oportunidade às partes conciliarem?**

A Unidade respondeu que sempre é feita a tentativa de conciliação.

**8.15. Consta pedido de tutela pendentes de análise há mais de 05 (cinco) dias? Identifique os números dos processos.**

Não.

**8.16. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?**

O acompanhamento é feito pelo IEJUD.

**8.17. Há decisão de urgência aguardando expedição de ato pela Secretaria da Unidade? Quantos?**

Não.

**8.18. Quando há necessidade de reagendamento ou de suspensão e prosseguimento de audiência em outra data, esta fica designada no termo e todos saem cientes?**



Nos casos de reagendamento, suspensão ou prosseguimento da audiência, a nova data fica designada no Termo de Encerramento.

## 9. CRIMINAL:

**9.1. Está sendo observado o Provimento Conjunto n. 003/2013 das Corregedorias – CJRMB/CJCI (Regulamenta o recolhimento e destinação dos valores oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária, de acordo com a Resolução n. 154, de 13.07.2012, do CNJ)? Existe conta específica para recebimento de valores decorrentes de prestação pecuniária? Identificar a conta e o valor total.**

A Unidade informou que o recurso arrecadado é destinado a pessoas carente da localidade (cesta básica).

### **Observações e Orientação da Corregedoria durante a inspeção:**

- O magistrado foi orientado, que sempre que possível, designar recursos para atividades recreativas e culturais desenvolvidas na comunidade.

**9.2. Qual o tempo médio entre a data da lavratura do TCO e a realização da audiência preliminar? Existe cooperação entre a Delegacia e a unidade judicial para notificação da data de comparecimento, evitando, assim, sobrecarga dos officas de justiça.**

Tempo médio informado é de 60 a 90 dias.

**9.3. Qual o número de TCO's distribuídos no ano anterior? E no ano atual?**

ANO	QUANTIDADE TCO'S DISTRIBUÍDOS
2022	244
2023	215

**9.4. Há TCO ou processo criminal arquivado com bem apreendido sem destinação?**

Há 02 TCO's com bens apreendidos sem destinação e uma motocicleta apreendida, com o feito não localizado. No entanto, o Juízo já abriu procedimento 0800560-96.2023.8.14.0951 para destinação do bem, conforme PROVIMENTO CONJUNTO N° 2/2021-CJRMB/CJC.



Figura 22 – Print de tela do SNBA.

O print de tela mostra a interface do sistema SNBA. No topo, há o logo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o título "Bens Apreendidos". O usuário logado é "ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA". O menu de navegação inclui "Principal", "Pesquisar", "Relatórios" e "Contato", além de links para "Manual", "Voltar" e "Sair".

A seção "Pesquisar Bens" contém os seguintes campos:

- Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- 1º GRAU - TJPA (dropdown)
- Comarca: SANTA BARBARA DO PARA (dropdown)
- Varas e Juizados Estaduais: ..TODOS(AS).. (dropdown)
- Bem Apreendido: Todos (dropdown)
- Destinação do Bem: A Definir (dropdown)
- Descrição Complementar do Bem: (campo de texto)

Abotoões: "Pesquisar", "Imprimir", "Imprimir Detalhado".

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Nenhum Bem encontrado.				

Sistema Nacional de Bens Apreendidos - Conselho Nacional de Justiça

**9.5. Os bens eventualmente apreendidos estão sendo cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB), nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)?**

A Unidade informou que está sendo feito o cadastramento no SNGB.

**9.6. Onde estão sendo custodiados os bens eventualmente apreendidos e vinculados aos processos do juizado especial criminal? A unidade utiliza etiqueta específica no PJE para identificação dos processos com bens apreendidos?**

No próprio Juizado, como mostra a Foto3.

## **10. CORREIÇÃO ANUAL:**

**10.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:**

Dias 16 e 17/11/2021.

**10.2. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?**

A Unidade informou que as pendências seriam; Custas judiciais a recuperar e cancelar, necessidade de condicionador de ar no gabinete do magistrado, destruição de bens apreendidos, impulso de 13 processos Meta 2 do CNJ, movimentação de processos julgados e não baixados, impulsionar processos paralisados a mais de 100 dias.



ORIENTAÇÕES DA CORREIÇÃO DE 2022, PJe Cor n. 0000596-88.2023.2.00.0814.

## Recomenda ao magistrado e servidores do **Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara**:

1. Providenciar a baixa de processos, tão logo estejam aptos a tal providência, realizar o acompanhamento da baixa processual valendo-se da ferramenta portal do PIB (Programa de Incremento de Baixas);
2. Identificar e analisar todos os processos julgados e não baixados, segundo a lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária, que no dia 31/07/2023 apontava a existência de 258 processos nesta situação, os quais devem ser analisados para constatação se já se encontram aptos a tal providência;
3. Identificar e impulsionar os processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/Gabinete, segundo lista disponível no Painel de Gestão Judiciária;
4. Utilizar o sistema SNGB;
5. Proceder a capacitação dos servidores no sistema nacional de gestão de bens (SNGB) disponível no endereço eletrônico: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/sistema-nacional-de-gestao-de-bens-sngb/capacitacao/>; de acordo com o ofício circular 16/2023-CGJ;
6. Registrar os bens apreendidos em feitos vinculados à Unidade, no sistema SNGB, com acesso pela plataforma PDPJ do CNJ disponível no endereço eletrônico: [https://sso.cloud.pje.jus.br/auth/realms/pje/protocol/openid-connect/auth?client\\_id=sngb-frontend&redirect\\_uri=https%3A%2F%2Fsngb.pdpj.jus.br%2F&state=b5e8c84a-f7ff-441c-ba91-90166bcbb716&response\\_mode=fragment&response\\_type=code&scope=openid&nonce=b0f9918c-a4dc-4130-8385-5d01c41020cam](https://sso.cloud.pje.jus.br/auth/realms/pje/protocol/openid-connect/auth?client_id=sngb-frontend&redirect_uri=https%3A%2F%2Fsngb.pdpj.jus.br%2F&state=b5e8c84a-f7ff-441c-ba91-90166bcbb716&response_mode=fragment&response_type=code&scope=openid&nonce=b0f9918c-a4dc-4130-8385-5d01c41020cam) PDPJ - Plataforma Digital do Poder Judiciário ([pje.jus.br](http://pje.jus.br));
7. Observar as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, alterado pelo provimento 03/2022-CGJ, quanto à destinação de bens apreendidos, observando o SNBA/CNJ no status a definir a destinação dos bens;
8. Empreender celeridade aos processos mais antigos em tramitação na Unidade, providenciando os seus julgamentos;
9. Continuar empreendendo esforços para cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, observando o painel de gestão do TJPA;
10. Encaminhar para o arquivo geral do Tribunal, os processos físicos que estão arquivados nas dependências do Juizado;

Por fim, constatou-se que em parte dos senões encontrados, deve-se a falta de conhecimento da equipe quanto a operacionalização das tarefas do PJe. Diante da situação foi agendado um Workshop sobre as dúvidas da equipe sobre as tarefas do PJe. O evento foi administrado pela Técnica em Informática, lotada na CGJ, ocorrido no dia 23/11/2023, sendo extensivo aos servidores da 2ª Vara Cível e Empresarial de Benevides.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

**FOTOS DO ESPAÇO DO JUIZADO ESPECIAL DE SANTA BÁRBARA**  
**Foto8 – Entrada do Juizado**



**Foto9 - Sala de Espera**



**Foto10 - Sala de Audiência**



**Foto11 - Sala de Conciliação**



**Foto12 – Depósito Provisório (Processos Físicos)**



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---



**Foto13 - Area de Externa Fundo**



**Belém/PA, 19 de dezembro de 2023.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

**SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

**Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira**  
Técnica da CGJ- CRC/PA 6034